

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO - FESPSP
MBA SANEAMENTO AMBIENTAL

Juliana de Oliveira Silva

ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE E A SUSTENTABILIDADE DE
COOPERATIVAS DE CATADORES E CATADORAS A PARTIR DO PLANO DE
GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo

2021

Juliana de Oliveira Silva

**ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE E A SUSTENTABILIDADE DE
COOPERATIVAS DE CATADORES E CATADORAS A PARTIR DO PLANO DE
GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CIDADE DE SÃO PAULO**

Projeto de pesquisa científica apresentado à Escola da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de especialista em Saneamento Ambiental, sob a orientação da professora doutora Tathiana Senne Chicarino.

São Paulo

2021

Catálogo-na-Publicação – Biblioteca FESPSP

363.7285

S586e Silva, Juliana de Oliveira.

Estudo sobre a viabilidade e a sustentabilidade de cooperativas de catadores e catadoras a partir do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo / Juliana de Oliveira Silva. – 2021. – 40 p. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Tathiana Senne Chicarino.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização: MBA em Saneamento Ambiental) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Bibliografia: p. 33-35.

1. Catadores. 2. Catadoras. 3. Cooperativas. 4. Ciclo de políticas públicas. 5. Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

I. Chicarino, Tathiana Senne. II. Título.

CDD 23.: Gestão de resíduos sólidos – Associações e serviços 363.7285
Elaborada por Éderilson Ferreira Crispim CRB-8/9724

Juliana de Oliveira Silva

ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE E A SUSTENTABILIDADE DE COOPERATIVAS
DE CATADORES E CATADORAS A PARTIR DO PLANO DE GESTÃO
INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Projeto de pesquisa científica apresentado à
Escola da Fundação Escola de Sociologia e
Política de São Paulo, como exigência parcial
para obtenção do título de especialista em
Saneamento Ambiental, sob a orientação da
professora doutora Senne Tathiana Chicarino.

Data de aprovação:

_____/_____/_____.

Banca examinadora:

Nome do (a) professor (a), titulação,

Instituição e assinatura.

Nome do (a) professor (a), titulação,

Instituição e assinatura.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas atuaram e contribuíram para o meu acesso ao MBA Saneamento Ambiental, para minha participação integral no curso e para a construção do presente trabalho de conclusão. A todas elas, meu muito obrigada. A algumas deixo aqui um agradecimento especial:

Aos professores e coordenação do MBA Saneamento Ambiental, em especial a Elcires Pimenta Freire, pelo incentivo; a Luciana Pranzetti Barreira, pela inspiração, e a Rafael Castilho, pela confiança e iniciação no tema;

A Tathiana Senne Chicarino que, com sua orientação dedicada e criteriosa, esteve presente em todos os momentos, sanando dúvidas e inseguranças metodológicas, apresentando críticas e caminhos;

Aos colegas de trabalho, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que de formas diversas contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui;

A Simão Pedro Chiovetti e Julia Moreno Lara, pela atenção e riqueza de informações e experiências disponibilizadas nas entrevistas;

A meus irmãos, Pedro Felicio e Caio Felicio, e aos tantos amigos e amigas, em especial Carla Capucho e Rafael Renneberg, pela disposição para discutir os temas aqui abordados e pelo apoio na realização do curso e deste trabalho;

E, em especial, a minha mãe, Marisilda Silva, pela leitura atenta e ensinamentos.

A coleta seletiva pode melhorar indiretamente a qualidade de vida da população e diretamente a dos catadores, na medida em que promove a sua saúde dentro do enfoque dos determinantes sociais e ambientais de saúde (BESEN, 2011).

RESUMO

Catadores e catadores ainda são marginalizados na sociedade de forma geral, sem condições adequadas de trabalho e sobrevivência. A Política Nacional de Resíduos Sólidos preconiza a destinação dos resíduos sólidos ambientalmente adequada e a inclusão destes trabalhadores. Para tanto, municípios devem incluir, na discussão do gerenciamento de resíduos, catadores e catadoras e suas organizações. O município de São Paulo realizou esta discussão quando da elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. O objetivo deste projeto de pesquisa científica é analisar o papel dos catadores e das catadoras dentro do ciclo de políticas públicas, compreender o seu papel no processo de formulação, implementação e avaliação do plano municipal. Após pesquisa exploratória, realizada mediante entrevistas com técnicos no processo de elaboração do plano, o projeto de pesquisa propõe-se a realizar uma revisão bibliográfica e documental, análise de indicadores referente aos resíduos sólidos, aplicação de questionários a cooperativas e entrevistas com dirigentes e cooperados. Com esta metodologia, espera-se realizar um estudo sobre a viabilidade e a sustentabilidade de cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis, analisando as políticas públicas e diretrizes do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Catadores. Catadoras. Cooperativas. Ciclo de políticas públicas. Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Município de São Paulo. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Coleta seletiva.

ABSTRACT

Recyclable material collectors are still marginalized in society in general, without specific work patterns. The National Solid Waste Policy advocates the disposal of environmentally sound solid waste and the inclusion of these workers. Therefore, they must include in the discussion of waste management, collectors and their associations. The City of São Paulo started the discussion when preparing the Integrated Solid Waste Management Plan. The objective of this research project is to analyze this role of collectors within the public policy cycle, including their role in the process of applying, implementing and evaluating the municipal plan. After the exploratory research, chosen with technicians in the process of the plan, the research project involves conducting a bibliographical and documental review, analysis of indicators related to solids, application of questionnaires to cooperatives and related to managers and members. With this methodology, it is expected to carry out a study on the feasibility and sustainability of cooperatives of collectors and recyclable material collectors, analyzing the public policies and guidelines of the Integrated Management Plan for Solid Waste in the city of São Paulo.

Keywords: Recyclable material collectors. Cooperatives. Public policy cycle. Integrated Solid Waste Management Plan. City of São Paulo. National Solid Waste Policy. Selective collect.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo do processo de elaboração e implantação do PGIRS da cidade de São Paulo.	17
Figura 2 – Proposta de questionário para entrevistas das cooperativas cadastradas na Amlurb.	28
Figura 3 – Proposta de roteiro de entrevista com dirigente da cooperativa.	29
Figura 4 – Proposta de roteiro de entrevista com cooperados.	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais pontos abordados na entrevista com Julia Moreno Lara.	25
Quadro 2 – Principais pontos abordados na entrevista com Simão Pedro Chiovetti.	26
Quadro 3 – Cronograma de atividade do projeto de pesquisa científica.....	31

LISTA DE SIGLAS

ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
AMLURB	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
FESPSP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
LIMPURB	Departamento de Limpeza Urbana de São Paulo
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
PGIRS	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. OBJETO, PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA	14
3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	16
3.1. Trajetória dos entrevistados	17
3.2. Por que um novo PGIRS?	18
3.3. PGIRS Elaboração Participativa	19
3.4. PGIRS Implementação	21
3.5. Cooperativa, catadores e catadoras	22
3.6. Perspectivas	25
4. OBJETIVO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	27
5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	31
REFERÊNCIAS	33
ANEXO 1	36
ANEXO 2	37
ANEXO 3	38
ANEXO 4	39

1. INTRODUÇÃO

O crescimento das cidades está associado, dentre outros fatores, ao aumento da produção de resíduos e não é de hoje que a correta destinação dos resíduos sólidos urbanos tem sido posta mundialmente em evidência. Essa discussão encontra um marco na II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em 1992 – a Rio-92 –, como lembra Jacobi e Besen (2011), num período em que regiões metropolitanas já apresentavam falta de local apropriado para a disposição dos resíduos.

No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída pela Lei 12.305/2010, após tramitar por 20 anos no Congresso Nacional. A PNRS determina que é responsabilidade do município elaborar planos municipais de gestão de resíduos sólidos, observando os objetivos da própria lei de 2010, de não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010 e SILVA et al., 2017).

Com base na análise de dados dos Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Freitas, Besen e Jacobi (2017) afirmam que, apesar de os indicadores, até 2014, demonstrarem que mais da metade dos resíduos coletados tiveram uma destinação ambientalmente adequada, ainda não atende o que preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Os dados do SNIS, para 2019, considerados apenas os 3.712 municípios brasileiros com respostas válidas, apontam a existência de 1.114 lixões em operação (BRASIL, 2020). Isso demonstra o quanto o país está ainda distante dos objetivos da PNRS. Esses resultados podem estar relacionados ao baixo grau de implementação de políticas públicas municipais que proporcionem a adoção de práticas preconizadas pelo conceito de lixo zero, que incluem a coleta seletiva com inclusão de catadores e catadoras¹, assim como as suas organizações (FREITAS; BESEN; JACOBI, 2017).

Como observa Besen (2011), na elaboração da Política Nacional de Resíduos Sólidos fez-se a opção por um modelo de coleta seletiva baseado na estruturação das organizações de catadores e catadoras. Porém, para se implantar um sistema de coleta seletiva efetiva é necessária uma estrutura organizacional bastante complexa,

¹ Neste projeto de pesquisa científica, optou-se pela utilização do substantivo nos dois gêneros por entender que existem distinções na forma em que homens e mulheres se apresentam dentro do objeto do estudo. E a análise destas características pode ser parte importante da pesquisa.

que tem como principais atores os catadores e suas organizações, os agentes de coleta (sejam públicos ou privados), os agentes de venda desse material, os agentes da efetiva transformação dos materiais e o poder público (SILVA, 2017). Mas esta estrutura não se limita à participação desses atores. Além do envolvimento da sociedade civil, do setor privado e de entidades diversas, para que o ciclo da coleta seletiva se mantenha ativo, é preciso considerar o alto número de trabalhadores envolvidos diretamente no trabalho de coleta, separação e triagem dos resíduos. Segundo Silva (2017), esses trabalhadores são diferentes entre si e apresentam grandes dificuldades em termos de trabalho, formação, situação econômica e social.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2020) estima que existam cerca de 800 mil catadores e catadoras em atividade no país. Já segundo a prefeitura de São Paulo (SÃO PAULO, 2020), em 2020, a cidade registrava 900 famílias associadas às 25 cooperativas habilitadas no Programa Socioambiental de coleta seletiva e 1.400 catadores e catadoras autônomos cadastrados. Além disso, aponta Stropasolas (2020), estima-se que na cidade existam quase 9.000 catadores e catadoras autônomos não cadastrados.

Segundo Chiovetti (2017), a produção de resíduos e as políticas públicas para o setor não haviam sido discutidas na capital do Estado de São Paulo de forma organizada e coletiva até 2013. Neste ano aconteceram na cidade as conferências e pré-conferências, promovidas pelas secretarias municipais de Serviços e do Verde e do Meio Ambiente, para avaliar e discutir a implementação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos (2010).

A cidade de São Paulo ganhará o seu Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), em 2014, por meio do Decreto municipal 54.991/2014. Já neste momento, são conhecidas as dificuldades encontradas pelas cooperativas e associações em se estabelecer como uma rede de comercialização e as carências dos catadores e catadoras avulsos em relação às condições de trabalho. E o Plano destaca a necessidade de esforços para traçar diretrizes, estratégias e metas para a inclusão desses trabalhadores nos resultados da cadeia produtiva e para o resgate de sua cidadania (SÃO PAULO, 2014).

O presente projeto de pesquisa objetiva analisar políticas públicas para a estruturação e viabilidade de cooperativas de catadores e catadoras, dentro de programas de reciclagem no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo.

2. OBJETO, PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Os programas de coleta seletiva, tratamentos de resíduos orgânicos, entre outras iniciativas, podem ser alguns dos exemplos de como os PGIRS dos municípios podem se adequar à PNRS, contudo, os programas por si só não se sustentam e podem se transformar em uma utopia, com políticas fictícias. A não integralização com outras ações e políticas, a falta de uma análise profunda da realidade do município e a sustentabilidade desses programas ao longo do tempo podem ser causadoras de planos fracassados (FREIRE; BARREIRA, 2015).

Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), do ano de 2010 ao de 2019, a geração de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) aumentou cerca de 19%, e a região Sudeste responde por quase 50% desta geração. Por outro lado, a própria Abrelpe aponta que o índice nacional para a coleta seletiva ainda mantém médias inferiores a 4% (ABRELPE, 2020). Na cidade de São Paulo, a iniciativa Recicla Sampa estima que apenas 7% dos resíduos gerados pelos paulistanos são reciclados (RECICLA SAMPA, 2021). Mesmo com médias baixas é importante ressaltar que as cooperativas, catadores e catadoras são responsáveis por 90% dessa reciclagem (STROPASOLAS, 2020). Somente esses números já indicam a importância desses trabalhadores.

O processo de crescimento da cidade de São Paulo é acompanhado pelo igual aumento de desigualdades e da geração de resíduos sólidos urbanos. No contexto da gestão de resíduos sólidos, encontramos os catadores e as catadoras de material reciclável como trabalhadores historicamente marginalizados econômica e socialmente.

De acordo com Silva (2017), de uma forma geral a situação de precariedade em que se encontram esses trabalhadores pode decorrer do fato de que a maioria dos catadores e das catadoras ingressa nessa atividade como única forma possível de sobrevivência, por meio do trabalho, ou mais viável neste momento, considerando todas as restrições impostas pelo mercado de trabalho a essa população.

Considerando, ainda, os preconceitos que sofrem esses trabalhadores do “lixo” e a ausência de condições de trabalho, parece fundamental não só o estabelecimento de políticas públicas específicas, mas que a sua implementação seja acompanhada de monitoramento rígido. Segundo Souza (2006), esta estrutura de reconhecimento, formulação e monitoramento, integram o ciclo de políticas públicas que devem sempre

entender que a efetiva implementação deve levar em consideração a conscientização coletiva do problema.

O PGIRS da cidade de São Paulo conta com diretrizes como: ampliação dos níveis de recuperação dos resíduos, mecanismos de controle e acompanhamento; não à incineração de resíduos sólidos (SÃO PAULO, 2014) e para a estruturação desta política é imprescindível a participação de catadores e catadoras. Isto porque, como já dito antes neste projeto, a sustentabilidade desta ação vem, também da venda dos materiais. E é após a ação de catadores e catadoras, que realizam as ações de coletar, separar, transportar, acondicionar, que o lixo volta a ser visto novamente como mercadoria (SILVA, 2017).

Neste sentido, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010) tem entre seus objetivos, previstos no artigo 7º, a integração dos catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, e como um de seus instrumentos, de acordo com o artigo 8º, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. A PNRS segue destacando a importância desses trabalhadores e ressaltando que eles devem ser integrados nas ações previstas como estratégias para os planos municipais.

Considerando que o PGIRS da cidade de São Paulo contou com a participação de catadores e catadoras, assim como das cooperativas, em todo seu processo de elaboração e na sua implementação, a questão de pesquisa é levantar as relações que se estabeleceram nesse processo, sejam de caráter econômico, político ou social, e as consequências para estes agentes.

O presente projeto propõe uma análise do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo na perspectiva dos catadores e das catadoras e suas organizações e cooperativas de materiais recicláveis, dentro do ciclo de políticas públicas, concentrando-se nas fases de formulação, implementação e avaliação.

Segundo Souza (2006), pode-se

(...) resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p. 26).

Sob este ponto de vista, vamos utilizar o conceito de ciclo de políticas públicas, considerando as fases de identificação do problema, formulação, implementação e avaliação, de forma a criar condições de visualizar e organizar as ações e processos realizados para, então, realizar a análise e propor discussões (MARQUES, 2019).

Nesse momento de descrição do projeto de pesquisa, a atenção será dada na primeira fase, formulação. O estudo inicia-se com a revisão bibliográfica e a realização e análise de entrevistas com dois integrantes da administração pública que participaram da elaboração do PGIRS da cidade de São Paulo. Buscando garantir a coleta de informações relevantes e percepções de vivências, optou-se por uma entrevista semiestruturada (LIMA, 2016), com roteiros elaborados com base nos eixos presentes no processo de elaboração da política pública e na literatura sobre o tema. Os roteiros são apresentados nos Anexos 1 e 2. Esta pesquisa exploratória serviu como base para fundamentar os objetivos da pesquisa proposta.

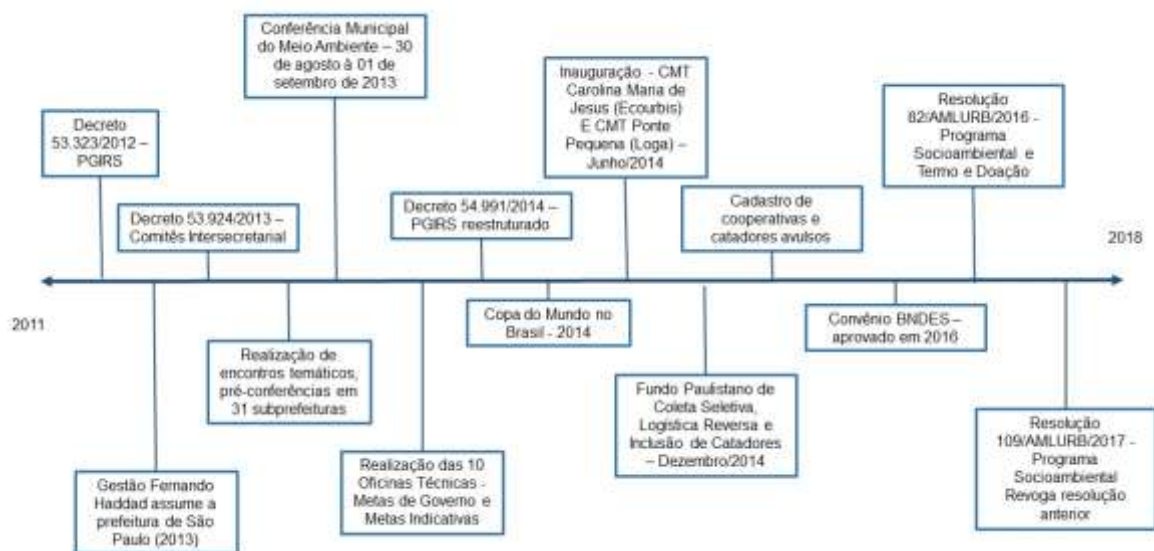
3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Entre os dias 24 e 26 de abril de 2021, foram realizadas duas entrevistas como ponto de partida para a elaboração deste projeto. Devido às restrições decorrentes da pandemia da covid-19, as entrevistas foram realizadas e gravadas pela ferramenta de videoconferência *Zoom*. As autorizações emitidas pelos participantes constam dos Anexos 3 e 4.

A primeira entrevista foi com Julia Moreno Lara, que atuou como gerente de planejamento da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb) e técnica na elaboração do plano. A segunda, com Simão Pedro Chiovetti, secretário municipal de Serviços da prefeitura de São Paulo de 2013 a 2016, na gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016), período de elaboração e implementação do PGIRS da cidade de São Paulo.

A análise parte de uma linha do tempo, como podemos ver na figura abaixo, para caracterizar também o contexto histórico de elaboração:

Figura 1 – Linha do tempo do processo de elaboração e implantação do PGIRS da cidade de São Paulo.



Fonte: Elaboração da autora, com base no Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo e das entrevistas realizadas (SÃO PAULO, 2014; CHIOVETTI, 2021; LARA, 20201).

A análise e o estudo das entrevistas basearam-se em cinco eixos com o intuito de definir a linha a ser seguida para os próximos passos do projeto. Os eixos foram determinados considerando o processo de elaboração da política pública.

3.1. Trajetória dos entrevistados

Julia Moreno Lara é geógrafa de formação e desde o período de estágio integrou equipes na área de saneamento, inicialmente na especialidade de água e esgoto, mas seu primeiro trabalho, depois de formada, já se volta para resíduos (LARA, 2021). Por convite, passou a integrar a equipe da já formada Amlurb como gerente de planejamento, chegando a atuar como assessora da presidência. Foi como gerente de planejamento que participou de todo o processo de elaboração do PGIRS.

Simão Pedro Chiovetti, formado em filosofia, cursou sociologia e política na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (a hoje Sociologia e Política – Escola e Humanidades – FESPSP). Com mestrado pela Pontifícia Universidade Católica – PUC SP em sociologia e política, por um tempo atuou como docente nesta área. Participou da gestão de Luiza Erundina (1989-1992) em São Paulo, da gestão de Mário Maurici de Lima Moraes (1993-1996), no município Franco da Rocha, foi assessor do então deputado estadual Paulo Teixeira. Em 2002, foi eleito deputado estadual pelo PT,

cumprindo três mandatos, por 12 anos. Participou da campanha de eleição para prefeito de São Paulo, de Fernando Haddad (2013-2016), que culminou no convite para assumir a então Secretaria de Serviço. Segundo Chiovetti (2021), a ideia foi atrativa “por conta dos catadores, eu falei: talvez dê para a gente fazer um trabalho com os catadores, ampliar reciclagem, isso me atraiu na hora”.

Segundo Lara (2021), a criação da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb) foi prevista na Lei 13.478/2002, porém, em 2013, ela ainda não tinha sido efetivamente implementada. Na extinta Limpurb (Departamento de Limpeza Urbana de São Paulo)², foram 20 anos na ausência de concurso público, funcionários que já haviam se aposentado, resultando em um quadro muito reduzido e na maioria de nível médio, além de falta de equipamentos. No ano de 2013, foi aberto concurso público, mas ainda sem a contratação do novo quadro.

Mesmo com as dificuldades encontradas, Lara (2021) descreve como um período de muito trabalho e muitas conquistas. “Eu avalio que tiveram trabalhos bastante importantes que foram realizados. Acho que a elaboração do plano de gestão é um deles...” Chiovetti (2021) avalia que, apesar do amplo trabalho realizado, muitos esforços envolvidos, e inclusive a publicação da Resolução 82/Amlurb/2016, ficou faltando a efetivação de uma lei que consolidasse esta estrutura de fundo para as cooperativas.

3.2. Por que um novo PGIRS?

A cidade de São Paulo teve seu primeiro Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no ano de 2012, pelo Decreto municipal 53.323/2012. No entanto, o processo de elaboração não contou com a participação social e não atendia o conteúdo mínimo previsto na Política Nacional de Resíduos (LARA, 2021) se traduzindo em um plano inexecutável (CHIOVETTI, 2021). De acordo com Lara (2015), o documento foi publicado para atender aos prazos legais, sem se comprometer com ações e sem participação social.

Segundo Chiovetti (2021), já no programa de governo gestão de Fernando Haddad (2013-2016) se tratava como meta o aumento da reciclagem na cidade de São Paulo. Em 2013, das 11 mil toneladas de lixo coletadas por dia, só 1% era

² Limpurb é o extinto órgão gerenciador dos serviços de limpeza urbana prestados na cidade de São Paulo, até o ano de 2012.

reciclado. Por convite do então secretário de Serviço, Silvano Silvério da Costa, que já havia participado da coordenação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, chega como presidente da Amlurb (COSTA, 2015) para trabalhar na reestruturação e implantação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo (CHIOVETTI, 2021)

Em 2013, a IV Conferência Nacional de Meio Ambiente propunha-se a discutir a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010. Já no primeiro ano de mandato, a gestão resolve organizar a sua própria conferência (CHIOVETTI, 2021). O município então se organiza para a dupla tarefa de atender a Conferência Nacional e de reelaborar o Plano de São Paulo de maneira participativa (LARA, 2021). É publicado o Decreto 53.924, de 18 de maio de 2013, que convoca a Conferência Municipal do Meio Ambiente e cria um Comitê Intersecretarial de Implementação da Política Municipal de Resíduos Sólidos (SÃO PAULO, 2014). Este comitê foi o responsável pela coordenação do processo de reelaboração do plano.

No processo de elaboração do plano, é destacada a intenção de valorizar os processos de reciclagem (CHIOVETTI, 2021). Em estudo realizado por Silva et al (2017), um dos resultados encontrados é que municípios onde existe uma maior participação e cooperação com cooperativas tendem a racionalizar o processo de reciclagem. Considerando que a Política Nacional de Resíduos Sólidos preconiza tanto a participação de cooperativas, quanto programas de reciclagem, destaque-se que ambos devam andar junto.

3.3. PGIRS Elaboração Participativa

Secretaria de Serviços, Secretaria de Governo, Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Trabalho e Empreendedorismo, Secretaria de Saúde e Coordenação das Subprefeituras compunham o Comitê Intersecretarial. Para subsidiar o trabalho do comitê em todo o processo, foram formados cinco grupos de trabalho temáticos, compostos pela sociedade civil, inscrita por meio de edital de chamamento público, com participação garantida dos catadores e das catadoras (LARA, 2021).

Chiovetti (2021) destaca que todo o processo teve grande participação da sociedade civil, como organizações e entidade voltadas a compostagem doméstica,

universidades, setor privado, Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), as concessionárias que realizavam a coleta na cidade. As entidades representativas, associações, grupos organizados sobre o tema, podem ajudar na mudança de hábitos e comportamento da sociedade como um todo, trazendo efetividade às políticas elaboradas (LARA, 2015).

Com um diagnóstico detalhado da situação do sistema de limpeza urbana dos resíduos, foram realizadas, nas 31 subprefeituras existentes à época na cidade, a etapa de apresentação do diagnóstico da gestão dos resíduos, incluindo a coleta de sugestões (LARA, 2021). Nesta etapa de pré-conferência, os debates contavam com pessoas da sociedade civil e da administração pública e dentre elas foram eleitos os 800 delegados para a Conferência Municipal (CHIOVETTI, 2021).

Após este processo, foram realizadas seis etapas temáticas, uma conferência indígena e duas conferências livres organizadas pela sociedade civil, que contavam com a exposição do diagnóstico de cada tipo de resíduo apresentado, palestras de especialistas e um debate para aprofundar e qualificar a discussão, colhendo mais contribuições. São realizadas, então, as etapas de formação dos delegados eleitos, com nove reuniões preparatórias (SÃO PAULO, 2014). Lara (2021) destaca que a síntese das contribuições colhidas nos processos originou o boneco do plano, levado à Conferência Municipal.

De 31 de agosto a 1 de setembro de 2013, foi realizada no município de São Paulo a IV Conferência Municipal de Meio Ambiente, “foi a maior conferência de Meio Ambiente do município de São Paulo” (LARA, 2021), envolvendo aproximadamente sete mil pessoas. Realizada no Auditório do Anhembi, contou com a participação de catadores e catadoras, funcionários públicos, ambientalistas, empresários, entre outros. A sociedade é chamada para discutir o tema de resíduos sólidos urbanos pela primeira vez (CHIOVETTI, 2021). Para Lara (2015), a participação de movimentos sociais, em diversas questões, no Brasil, tem contribuído muito para a avaliação dos processos.

A Conferência Municipal, organizada pelos eixos temáticos apontados pela Conferência Nacional, propôs a discussão de todos os tipos de resíduos, educação ambiental, comunicação social (SÃO PAULO, 2014). Segundo Lara (2021), com a conclusão das discussões da Conferência Municipal, inicia-se a etapa setorial de estabelecimento de metas envolvendo outros atores, como o transporte.

Para Lara (2021), a Gestão de Resíduos Sólidos

É diferente de outros sistemas públicos e outras políticas públicas. A adesão é uma questão fundamental, não existe tecnologia que dê conta sem adesão ampla de toda a população. É diferente de você ampliar a rede de esgoto e as pessoas dão descarga e aquilo já vai automaticamente para rede...

Por isso, é tão importante a participação em todo o processo. Apesar de perceber um bom engajamento dos setores envolvidos, Lara (2021) avalia que ainda é um grande gargalo a questão da regulamentação específica, dificultando o processo de implementação e avaliação do plano.

De acordo com Baptista (2015), para muitos gestores públicos os catadores e as catadoras são considerados apenas sob um viés de assistencialismo nas políticas públicas, sem ser incluídos na formação de tais políticas. Besen (2011, p.192) ressalta:

A existência de um alto nível de informalidade e o descompromisso da maioria das administrações municipais com a efetiva implantação de políticas de resíduos com inclusão social têm mostrado a importância de fortalecer políticas mais comprometidas com a co-responsabilização de todos os atores envolvidos.

Os catadores e catadoras fizeram parte inclusive da coordenação e da organização de todo o trabalho, de todas as etapas, participando de decisões e escolhas em todos os aspectos. Durante o processo de diagnóstico, foi possível iniciar um levantamento acerca de quantas cooperativas estavam em São Paulo, além de outras informações (LARA, 2021). Segundo Chiovetti (2021), a participação de catadores e catadoras, teve “lugar de respeito”, sendo eles envolvidos em todas as discussões. O processo contou com a participação do Movimento Nacional dos Catadores, das cooperativas e os grupos organizados e associações de catadores e catadoras, inclusive em redes de comercialização (CHIOVETTI, 2021).

Todo o processo relatado nas entrevistas é entendido como enriquecedor. Para Freire e Barreira (2015), a estratégia de discussão do diagnóstico com a população pode trazer o empoderamento, mas sobretudo mais conhecimento acerca da realidade das pessoas que vivem naquele município tornando a sociedade protagonista do seu próprio planejamento.

3.4. PGIRS Implementação

Segundo Chiovetti (2021), o processo de implantação teve início na própria gestão, mas não em sua totalidade. O processo de implantação do Plano também foi

intenso, com ações em diversos setores, como a ampliação dos Ecopontos, a distribuição de composteiras domiciliares (LARA, 2021).

A implantação não é feita apenas em quatro anos, e neste processo é importante a avaliação e reavaliação. Todo o processo fica submetido a outras variáveis como orçamento, vontade política (CHIOVETTI, 2021).

Com uma das ações tomadas, foram instaladas duas centrais mecanizadas de triagem de materiais recicláveis, para assim aumentar a capacidade e então alinhar para que todos os distritos da cidade fossem atendidos pela coleta seletiva (CHIOVETTI, 2021). As coletas seletivas nos distritos passam a ser agora feitas não só pela empresa contratada, mas também por cooperativas credenciadas pela prefeitura.

Contudo, fica claro que o programa de coleta seletiva só é efetivo com um trabalho de educação ambiental, com conscientização. Neste sentido, em 2016, tem início o projeto SP Cidade Gentil com ações como a dos caminhões dourados e em redes sociais (CHIOVETTI, 2016).

Uma das diretrizes do PGIRS é a elaboração de um Plano Municipal de Educação Ambiental. Este processo é um exemplo da também participação de outros atores. Segundo Chiovetti (2021), o Plano Municipal de Educação Ambiental e Comunicação em Resíduos Sólidos seria de responsabilidade da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, contudo, foi realizado em parceria com a Secretaria de Serviços.

Focando na estruturação destas organizações para o sucesso na implantação do PGIRS da cidade de São Paulo, a análise ocorre em torno das ações efetivas para a solidificação das cooperativas.

3.5. Cooperativa, catadores e catadoras

Segundo Chiovetti (2021), os catadores e as catadoras “são os verdadeiros agentes ambientais, que ensinaram para a sociedade o valor da reciclagem e que lutaram por isso”. Por este motivo sua participação era importante, inclusive no sentido de mudar a relação municipal com estes atores. O processo de implantação do Plano alterou a forma de contratação de cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis (LARA, 2021). As cooperativas passaram a receber pelo serviço prestado, isto é, receber pela coleta e triagem. Até então esta relação da prefeitura com estas cooperativas era por convênio, que garantiam o espaço, a entrega dos resíduos, mas

sem outras ações conjuntas, o recebimento de ganhos vinha apenas dos materiais que fossem vendidos (CHIOVETTI, 2021).

Segundo CHIOVETTI (2021), a prefeitura entra com o trabalho também de auxílio na formalização e capacitação dos catadores e das catadoras integrantes das cooperativas cadastradas junto à prefeitura.

As cooperativas passaram a, também, integrar a estrutura das duas centrais mecanizadas de triagem instaladas após o Plano, com capacidade de 250 toneladas cada uma. Neste momento a venda do material é convertida diretamente para as cooperativas, criando um fundo (LARA, 2021 e CHIOVETTI, 2021). Contudo, Chiovetti (2021) relata que houve, por parte das cooperativas, uma desconfiança na implementação destas centrais e para atender as reivindicações das cooperativas, no desenho do projeto, foram incluídas as cooperativas dentro das centrais. O fundo, então chamado de Fundo Paulistano de Reciclagem e Inclusão dos Catadores, era revertido para as cooperativas com o objetivo de realizar capacitação, adquirir maquinários entre outras ações.

Para Chiovetti (2021), a revogação, na gestão seguinte, da Resolução 82/Amlurb/2016, significa um grande retrocesso. A resolução criou o Programa Socioambiental de Inclusão de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis Secos, e institui o Termo de Doação Social com Encargos para o Processamento de Resíduos Sólidos Domiciliares Secos para a Cooperativa de Segundo Grau, então designada Entidade Representativa. Esta extinção retoma um processo de incerteza nos termos de estabilidade econômico-financeira das organizações e cooperativas.

Em virtude da Copa do Mundo de 2014, Chiovetti (2021) explica que a Secretaria de Serviço aprovou um projeto de R\$ 42 milhões, com investimento não retornável do BNDES, para construções e melhoria de novos galpões, maquinários e muita capacitação para as cooperativas de materiais recicláveis, tornando-as de fato empreendimentos de economia solidária.

O Plano iniciou um processo de cadastramento das cooperativas, inclusive para a ampliação do vínculo com a prefeitura (LARA, 2021). Iniciou o projeto que trazia proposições para lidar com catadores e catadoras avulsos, que não estão em cooperativas, ou mesmo as cooperativas que ainda não tinham formalização adequada. O projeto incluía um centro de apoio à formalização de cooperativas, o atendimento de cooperados, a capacitação, o apoio administrativo, o apoio contábil.

Isto porque, além das cooperativas cadastradas, sabe-se que São Paulo conta com um grande número de outros grupos (CHIOVETTI, 2021).

Contudo, é um trabalho muito mais profundo, que precisa ser aprimorado para tentar melhorar o conhecimento que se tem referente ao tamanho da população de catadores e catadoras que não estão vinculados a cooperativas, associações ou a prefeitura. Muitas discussões foram feitas com as cooperativas, de forma que, por exemplo, esses trabalhadores que não são cooperados, passassem a ter algum vínculo, dentro da autonomia de cada uma. Assim tentando proporcionar “condições melhores”, já que se trata de uma população muito vulnerável (LARA, 2021).

As cooperativas são muito diversas, tanto na forma como nasceram, como na que se estruturaram. Algumas delas conseguiram atingir um nível de organização maior, garantindo melhores condições de trabalho, remuneração. Porém, muitas ainda têm grandes dificuldades de estruturação (CHIOVETTI, 2021; LARA, 2021). A situação de drogadição, a flutuação de cooperados é muito grande (LARA, 2021). Para Chiovetti (2021), um dos motivos deste rodízio pode ser a baixa remuneração, pois se o trabalhador tem a possibilidade de encontrar remuneração melhor não fica nas cooperativas. A mudança do tipo de remuneração com a prefeitura aumentou bastante a renda por cooperado, mas não solucionou o problema.

Silva (2017) destaca a forte diversidade desta categoria e de suas organizações, em termos de trajetória de vida, modo de atividade, residência, rotina de trabalho, motivos. Mas pode-se dizer que o trabalho em geral é realizado informalmente. Para Jacobi e Besen (2011), a inserção de organizações de catadores e catadoras, criando redes de comercialização no município, é uma das formas de sustentabilidade socioeconômica. Estas redes são importantes para a formalização e organização destes trabalhadores.

Desde sua criação em 2001, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) trabalha para inserir na discussão reivindicações como o reconhecimento da profissão, a demanda pela contratação desses trabalhadores para a realização da coleta seletiva nos municípios (CHERFEM, 2015). A formalização deste trabalho é importante para o crescimento dos programas de reciclagem, pois estes trabalhadores são os principais atores, mesmo ainda sendo muito desqualificados (SILVA, 2017).

3.6. Perspectivas

Quando perguntada qual sua perspectiva, Julia ressalta a importância da discussão da cobrança pela prestação do serviço, a incorporação do conceito da logística reversa e o consumo consciente (LARA, 2021). Destaca que o processo de revisão do plano, após sete anos de sua publicação, é importante e necessário. Reavaliando inclusive o processo de inclusão social de catadores e catadoras, considerando que ainda estamos engatinhando nesta questão. Neste processo, Lara (2021) entende que, para a discussão e efetiva inclusão, é importante ampliar o envolvimento de órgãos públicos, envolvendo desde a limpeza urbana até as secretarias de Trabalho, Educação, Saúde, Inclusão Social.

Já Simão Pedro relata a falta de continuidade de gestão na administração pública, o que dificulta muito o trabalho. Mas ressalta que é importante a implementação do plano de educação ambiental junto com a Secretaria de Educação, que não foi possível, apesar das conversas. Em termos de políticas, Chiovetti (2021) vê que gestões de mais de quatro anos possibilitam a consolidação e avanços nos termos de implementação das políticas públicas. Pois é necessário, dentro do processo, adesão, avaliação jurídica, até se chegar em um formato mais consolidado.

Os entrevistados apresentaram o processo de elaboração participativa do PGIRS da cidade de São Paulo destacando a participação das organizações e cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis. Na linha do tempo, que vai desde o início da gestão até a implementação do PGIRS, destacaram a situação da Amlurb; a importante discussão da gestão dos resíduos sólidos; a ampliação da coleta seletiva no município; a situação dos catadores e das catadoras; a participação da sociedade civil; as ações efetivas para a implantação do plano e as dificuldades encontradas no processo. Nos Quadros 1 e 2, podemos verificar os principais pontos:

Quadro 1 – Principais pontos abordados na entrevista com Julia Moreno Lara.

Eixo	Julia Moreno Lara
Trajetória	- Geógrafa; - Gerente de planejamento; - Amlurb com quadro reduzido.
Reelaboração PGIRS	- Plano de 2012 não contou com participação social; - Plano de 2012 não atendeu a PNRS; - IV Conferência Nacional do Meio Ambiente.

Eixo	Julia Moreno Lara
Elaboração Participativa	- Comitê Intersecretarial; - Sociedade civil; - Ampla discussão e coleta de sugestões; - Catadores e catadoras como atores no processo; - Conferência Municipal; - Metas discutidas com setor público e privado.
Implementação	- Processo intenso; - Participação de diversos setores.
Cooperativas, catadores e catadoras	- Alteração na forma de contratação das cooperativas; - Instalação de 2 centrais mecanizadas, com atuação das cooperativas; - Início de cadastramento; - Processo não suficiente; - Diversidade das cooperativas; - Grande flutuação no número de cooperados.
Perspectiva	- Necessidade de revisão do PGIRS; - Discussão sobre se a inclusão deve envolver diversos setores.

Fonte: Elaboração da autora, com base nas entrevistas realizadas (LARA, 2021).

Quadro 2 – Principais pontos abordados na entrevista com Simão Pedro Chiovetti.

Eixo	Simão Pedro Chiovetti
Trajetória	- Formado em filosofia, mestre em sociologia e política; - Doze anos de mandato como deputado estadual; - Participou de outras gestões; - Desafio na ampliação da reciclagem.
Reelaboração PGIRS	- Plano de 2012 considerado inexecutável; - Programa de governo traz metas para a reciclagem; - IV Conferência Nacional do Meio Ambiente; - Valorização dos processos de reciclagem.
Elaboração Participativa	- Grande participação da sociedade civil, setor privado, organizações e entidades da área; - Discussão realizada pela primeira vez desta forma; - Catadores e catadoras tiveram lugar de respeito no processo.
Implementação	- Iniciado, porém, não concluído; - Importante avaliação e reavaliação; - Ações de conscientização; - Envolvimento de outros setores.
Cooperativas, catadores e catadoras	- Verdadeiros agentes ambientais; - Parceria na formalização e capacitação; - Fundo Paulistano de Reciclagem; - Programa Socioambiental de Inclusão de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis; - Cooperativas muito diversas; - Grande rodízio, um dos motivos a remuneração.
Perspectiva	- Falta de continuidade de gestão; - Educação Ambiental.

Fonte: Elaboração da autora, com base nas entrevistas realizadas (CHIOVETTI, 2021).

4. OBJETIVO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

As duas entrevistas realizadas com técnicos na elaboração no PGIRS da cidade de São Paulo, como pesquisa exploratória, são as bases para a realização do projeto de pesquisa, que tem por objetivo analisar o papel dos catadores e das catadoras dentro do ciclo de políticas públicas. Pretende-se compreender o papel dos catadores e catadoras no processo de formulação, implementação e avaliação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo.

A concepção e a estruturação desta pesquisa serão realizadas em três etapas: análise do processo de formulação do PGIRS, na perspectiva dos catadores e catadoras; análise do papel de catadores e catadoras na implementação das políticas públicas do PGIRS; e análise das políticas públicas para os catadores e catadoras na cidade de São Paulo.

Na primeira etapa a pesquisa procurará entender como foi a atuação desses trabalhadores na elaboração participativa do Plano, por meio de pesquisa documental, revendo os documentos públicos referentes a todo o processo que envolveu a realização da Conferência Municipal do Meio Ambiente de 2013, assim como registros e bibliografia a respeito.

Ainda baseada em pesquisa documental, a segunda etapa da pesquisa buscará entender e analisar o papel dos catadores e das catadoras, assim como suas cooperativas, na implantação do PGIRS, analisando as diretrizes presentes no plano e a relação com os catadores e catadoras.

Na terceira etapa pretende-se avaliar a efetivação das políticas públicas que tem como atores esses trabalhadores, mapeando as cooperativas, sua estruturação e organização. Segundo a Amlurb (SÃO PAULO, 2021), a cidade de São Paulo conta com 25 cooperativas cadastradas no Programa Socioambiental de Coleta Seletiva da Prefeitura, com cerca de 940 cooperados.

Nesta etapa, será utilizada a combinação de duas técnicas de pesquisa. A primeira, quantitativa, com base nos indicadores estabelecidos no PGIRS e aqueles formulados no âmbito do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Para Besen (2011), o uso de indicadores permite não apenas uma avaliação do processo, mas também a possibilidade de propor alternativas.

A segunda técnica será qualitativa, considerando a utilização de questionários e entrevistas semiestruturadas. Lima (2016) descreve estas técnicas como “um dos

principais instrumentos de coleta e construção de dados das ciências sociais”. Os questionários buscarão abranger a totalidade das cooperativas cadastradas na Amlurb, com o objetivo de traçar o perfil de cada uma e relacioná-las umas com as outras, dentro de cada realidade existente e consideradas suas dificuldades.

Os questionários propostos abordarão questões como número de cooperados, ano de constituição, atividades envolvidas, entre outras, como mostra Figura 2.

Figura 2 – Proposta de questionário para entrevistas das cooperativas cadastradas na Amlurb.

QUESTIONÁRIO GERAL COOPERATIVAS	
Nome:	
Número de cooperados:	
Ano de constituição:	
Área de Atuação:	
Local de Atuação:	
Ano de cadastramento:	
Atividades envolvidas	
	▪ Tipo de material; ▪ Coleta, triagem, tratamento
Convênios:	
Parcerias:	
Recebimento Mensal:	

Fonte: Elaboração da autora.

Como próximo passo, serão eleitas algumas cooperativas para uma entrevista mais aprofundada a ser aplicada de forma semiestruturada, com o intuito de captar as experiências, registrar dados (LIMA, 2016), perceber como estão sendo vivenciadas as políticas públicas do município. O número de cooperativas entrevistadas será estabelecido a partir da heterogeneidade destas organizações e de acordo com a necessidade do estudo (LIMA, 2016) baseado no trabalho de mapeamento já mencionado.

Entende-se que é preciso ter a visão de dois atores neste momento, o cooperado e o dirigente da entidade. Como proposta de entrevista semiestruturadas, são apresentados dois roteiros. O primeiro roteiro focado no dirigente da cooperativa conta com perguntas em torno da formação da cooperativa e do cadastramento junto à prefeitura de São Paulo, seguido de questões voltadas para a sustentabilidade da cooperativa e concluindo com a percepção no processo de elaboração do PGIRS. Esse roteiro é apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Proposta de roteiro de entrevista com dirigente da cooperativa.

ENTREVISTA DIRIGENTE COOPERATIVA Trajetória a) Sua história? b) Desde quando integra a cooperativa? c) Como chegou na cooperativa? PGIRS 1. Para a cooperativa a) Tem conhecimento? b) Participou da elaboração? 2. Implementação do PGIRS a) Participação? b) Atuação? Cooperativa a) Como atua? b) Como é trabalhar? c) Dificuldades? d) Projetos? e) Capacitação? f) Sustentabilidade? Percepção e Perspectivas para a Cooperativa e o PGIRS a) Quais os pontos positivos? b) Quais os pontos negativos? c) O que precisa ser melhorado? d) Como manter as cooperativas atuando? e) O que percebe hoje? g) Por quê?
--

Fonte: Elaboração da autora.

O segundo roteiro será direcionado para os catadores e catadoras cooperados, de início buscando conhecer a realidade de cada indivíduo, sua participação na cooperativa, sua sustentabilidade (do indivíduo) e, por fim, como percebe as políticas públicas integradas ao PGIRS. Novamente, número de catadores e catadoras será definido e avaliado de acordo com o mapeamento e características das cooperativas, levando em conta a heterogeneidade e a diversidade desses trabalhadores (LIMA, 2016). A proposta de roteiro para os catadores e catadoras cooperados pode ser vista na Figura 4.

Figura 4 – Proposta de roteiro de entrevista com cooperados.

ENTREVISTA COOPERADOS/COOPERADAS Trajetória a) Sua história? b) Desde quando integra a cooperativa? c) Como chegou na cooperativa? d) Sustentabilidade? PGIRS 1. Para a cooperativa a) Tem conhecimento? b) Participou da elaboração? 2. Implementação do PGIRS a) Participação? Cooperativa a) Como é trabalhar? b) Dificuldades? c) Projetos? d) Capacitação? Percepção e Perspectivas a) Quais os pontos positivos? b) Quais os pontos negativos? c) O que precisa ser melhorado? d) Como manter as cooperativas atuando? e) O que percebe hoje? e) Por quê?

Fonte: Elaboração da autora.

Após a realização das entrevistas, será feita a sistematização e a análise dos eixos e pontos levantados e, a seguir, a discussão do tema proposto, considerando todo o percurso metodológico da pesquisa científica.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O presente projeto de pesquisa científica pretende ser executado no prazo de 18 meses de acordo como o Quadro 3.

Quadro 3 – Cronograma de atividade do projeto de pesquisa científica.

Etapas		Meses																	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Etapa 1	Revisão documental e bibliográfica																		
	Análise do processo de participação																		
Etapa 2	Revisão documental e bibliográfica																		
	Análises de diretrizes e implementação																		
Etapa 3	Definições de índices																		
	Análise e avaliação dos dados																		
	Aprimoramento dos questionários																		
	Aplicação dos questionários																		
	Seleção das cooperativas para aplicação das entrevistas																		
	Realização das entrevistas																		
	Análise e sistematização das entrevistas																		

Etapas	Meses																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Elaboração da dissertação																		

Fonte: Elaboração da autora.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2020**. 2020. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama/>. Acesso em: 18 maio 2021

BAPTISTA, Vinícius Ferreira. As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro: onde e como estão as cooperativas de catadores de materiais recicláveis?. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 141-164, jan. 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/index>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BESSEN, Gina Rizpah. **Coleta seletiva com inclusão de catadores**: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. 2011. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Pública, Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2 ago. 2010. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS**: 18º diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos. 18º Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos. 2020. Disponível em: http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/rs/2019/Diagnostico_RS2019.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

CHERFEM, Carolina Orquiza. A COLETA SELETIVA E AS CONTRADIÇÕES PARA A INCLUSÃO DE CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: construção de indicadores sociais. **Mercado de Trabalho**: Conjuntura e Análise, Brasília, n. 59, p. 89-98, out. 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt_59_economia-solidaria-1.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

CHIOVETTI, Simão Pedro. **Secretaria Municipal de Serviços e a Experiência do Plano de Gestão Integrada de Resíduos da Cidade de São Paulo**. Entrevista concedida a Juliana de Oliveira Silva e Tathiana Senne Chicarino. São Paulo, 2021, (112 min)

CHIOVETTI, Simão Pedro. **Inovação na área de serviços públicos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. 136 p. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/inovacao-nos-servicos-publicos-na-cidade-de-sao-paulo-2013-2016/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

COSTA, Silvano Silvério da. A Cidade de São Paulo dá Exemplo de Cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos com Participação Social e Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis. In: SILVA, Raimundo Pires

(org.). **Gestão Contemporânea dos Resíduos Sólidos: Nova era para a destinação adequada do lixo gerado na cidade de São Paulo**. São Paulo: Instituto Macuco, 2015. Cap. 5. p. 45-70.

FREIRE, Elciros Pimenta; BARREIRA, Luciana Pranzetti. Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: instrumento de gestão de resíduos nos municípios brasileiros. In: SILVA, Raimundo Pires (org.). **Gestão Contemporânea dos Resíduos Sólidos: nova era para a destinação adequada do lixo gerado na cidade de São Paulo**. São Paulo: Instituto Macuco, 2015. Cap. 3. p. 15-28.

FREITAS, Luciana Costa de; BESEN, Gina Rizpah; JACOBI, Pedro Roberto. Panorama da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: resíduos urbanos. In: BESEN, Gina Rizpah; JACOBI, Pedro Roberto; FREITAS, Luciana. **Política Nacional de Resíduos Sólidos: implementação e monitoramento de resíduos urbanos**. São Paulo: IEE USP, 2017. Cap. 2. p. 11-33. Disponível em: <http://www.iee.usp.br/sites/default/files/anexospublicacao/publicacao-PoliticaNacionaldeResiduosSolidos.pdf>. Acesso em: 03 maio 2021.

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 135-158, abr. 2011.

LARA, Julia Moreno. **Elaboração participativa do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a Amlurb**. Entrevista concedida a Juliana de Oliveira Silva e Tathiana Senne Chicarino. São Paulo, 2021, (78 min)

LARA, Luiz Alexandre. Processo de reelaboração participativa do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Cidade de São Paulo. In: SILVA, Raimundo Pires (org.). **Gestão Contemporânea dos Resíduos Sólidos: Nova era para a destinação adequada do lixo gerado na cidade de São Paulo**. São Paulo: Instituto Macuco, 2015. Cap. 4. p. 29-43.

LIMA, Marcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas; SANTOS JUNIOR, Jaime (org.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo / Cebrap, 2016. Cap. 3. p. 24-41.

MARQUES, Moisés da Silva. **RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL E A CULTURA POLÍTICA NO BRASIL: Análise do ciclo de políticas públicas**. São Paulo: MBA Saneamento Ambiental - FESPSP, 2019.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais (Brasil) (org.). **Quantos Catadores existem em atividade no Brasil?** 2020. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 20 mar. 2021.

RECICLA SAMPA (São Paulo). **Recicla Sampa**. Disponível em: <https://www.reciclasampa.com.br/nossa-causa>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 54.991, de 02 de abril de 2014. **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo**. São Paulo, SP, Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/PGIRS-2014.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Amlurb – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. **Coleta Domiciliar Seletiva**: saiba como funciona o processo de coleta domiciliar seletiva da capita. Saiba como funciona o processo de Coleta Domiciliar Seletiva da capita. 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/amlurb/coleta_seletiva/index.php?p=4623. Acesso em: 19 maio 2021

SÃO PAULO. SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. (ed.). **Prefeitura investe R\$ 5,76 milhões para auxiliar catadores de recicláveis afetados pela pandemia de coronavírus**. 2020. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-investe-r-5-76-milhoes-para-auxiliar-catadores-de-reciclaveis-afetados-pela-pandemia-de-coronavirus-1>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SILVA, Christian Luiz da *et al.* Indicadores Multidimensionais das Políticas de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos das Capitais Brasileiras: panorama de 2008 a 2014. In: BESEN, Gina Rizpah; JACOBI, Pedro Roberto; FREITAS, Luciana (org.). **Política Nacional de Resíduos Sólidos**: implementação e monitoramento de resíduos urbanos. São Paulo: IEE USP, 2017. Cap. 3. p. 34-53. Disponível em: <http://www.iee.usp.br/sites/default/files/anexospublicacao/publicacao-PoliticaNacionaldeResiduosSolidos.pdf>. Acesso em: 03 maio 2021.

SILVA, Sandro Pereira. A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Brasília: Ipea. 2017. (**Texto Para Discussão**, n. 2268).

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [S.L.], n. 16, p. 20-45, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-45222006000200003>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 maio 2021.

STROPASOLAS, Pedro. **Como vivem os catadores de recicláveis na cidade de São Paulo?** 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/17/como-vivem-os-catadores-de-reciclaveis-na-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em: 18 maio 2021.

ANEXO 1

ENTREVISTA SIMÃO PEDRO

Trajetória

- a) Qual sua trajetória profissional e na gestão pública?
- b) Como chegou na Secretaria Municipal de Serviços?
- c) Qual período esteve como secretário?
- d) O que encontrou com chegou?
- e) Como foi estruturar a secretaria?
- f) Qual a sua vivência com gestão de resíduos?
- g) Como encontrou a gestão neste período?

PGIRS

1. Elaboração

- a) O PGIRS de 2012?
- b) Por que iniciar por conferências para revisão e atualização do plano?
- c) Quem foram os envolvidos nas conferências?
- d) Quais foram os atores envolvidos na elaboração do plano?
- e) Por que envolver estes atores?
- f) Como contribuíram para a elaboração?

2. Implementação

- a) Quais as metas?
- b) Quais foram as principais ações?
- c) Quais os atores envolvidos?
- d) Como foram suas participações?
- e) Por que cadastrar e organizar as cooperativas de catadores?
- f) Por que cadastrar os catadores?
- g) Como foi o processo?

3. Avaliação

- a) Como foi o envolvimento dos atores?
- b) Como foi a participação popular?
- c) Quais as mudanças percebidas?
- d) Que pontos devem ser reavaliados?

Percepção e Perspectivas

1. Gestão de Resíduos

- a) Após a implantação do PGIRS, como monitorar as estratégias traçadas?
- b) Quais os pontos positivos?
- c) Quais os pontos negativos?
- d) Quais as dificuldades?

2. Cooperativas e catadores

- a) Como manter as cooperativas atuando?
- b) O que percebe hoje?
- c) Por quê?

ANEXO 2

ENTREVISTA JULIA MORENO LARA

Trajetória

- a) Qual sua formação?
- b) Como chegou na Secretaria Municipal de Serviços?
- c) Qual período participou da secretaria?
- d) Esteve presentes em outros governos?
- e) Como encontrou?
- f) Qual a sua vivência com gestão de resíduos?
- g) Como encontrou a gestão neste período?

PGIRS

1. Elaboração

- a) Como foi sua participação?
- b) O PGIRS de 2012?
- c) Por que iniciar por conferências para revisão e atualização do plano?
- d) Quem foram os envolvidos nas conferências?
- e) Quais foram os atores envolvidos na elaboração do plano?
- f) Por que envolver estes atores?
- g) Como contribuíram para a elaboração?

2. Implementação

- a) Quais as metas?
- b) Quais foram as principais ações?
- c) Quais os atores envolvidos?
- d) Como foram suas participações?
- e) Por que cadastrar e organizar as cooperativas de catadores?
- f) Por que cadastrar os catadores?
- g) Como foi o processo?

3. Avaliação

- h) Como foi o envolvimento dos atores?
- i) Como foi a participação popular?
- j) Quais as mudanças percebidas?
- k) Que pontos devem ser reavaliados?

Percepção e Perspectivas

1. Gestão de Resíduos

- e) Como vê o monitoramento das estratégias traçadas?
- f) Quais os pontos positivos?
- g) Quais os pontos negativos?
- h) Quais as dificuldades?

2. Cooperativas e catadores

- d) O que percebe hoje?
- e) Por quê?

ANEXO 3

AUTORIZAÇÃO

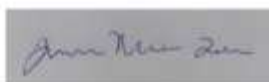
Eu, Julia Moreno Lara, CPF: 314.939.118-05, autorizo a utilização da minha imagem, som de voz e a utilização das informações por mim prestada, na qualidade de entrevistada no projeto de pesquisa para a realização de Trabalho de Conclusão de Curso do MBA Saneamento Ambiental, realizado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP, sob responsabilidade de Juliana de Oliveira Silva, regularmente matriculada na turma 2021 sob o Registro Acadêmico 0024793.

Minha imagem, som de voz e a utilização das informações por mim prestada podem ser utilizadas apenas para análise por parte da equipe de pesquisa, apresentações em conferências profissionais e/ou acadêmicas, atividades educacionais.

Tenho ciência de que não haverá divulgação por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem, som de voz e a utilização das informações por mim prestada.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com a entrevistada.



Julia Moreno Lara
CPF: 314.939.118-05



Juliana de Oliveira Silva
CPF: 280947988-74 – RA: 0024793

São Paulo, 24 de abril de 2021.

ANEXO 4

AUTORIZAÇÃO

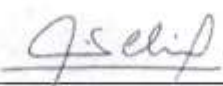
Eu, Simão Pedro Chiovetti, CPF: 065.669.468-88, autorizo a utilização da minha imagem, som de voz e a utilização das informações por mim prestada, na qualidade de entrevistado no projeto de pesquisa para a realização de Trabalho de Conclusão de Curso do MBA Saneamento Ambiental, realizado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP, sob responsabilidade de Juliana de Oliveira Silva, regularmente matriculada na turma 2021 sob o Registro Acadêmico 0024793.

Minha imagem, som de voz e a utilização das informações por mim prestada podem ser utilizadas apenas para análise por parte da equipe de pesquisa, apresentações em conferências profissionais e/ou acadêmicas, atividades educacionais.

Tenho ciência de que não haverá divulgação por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem, som de voz e a utilização das informações por mim prestada.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o entrevistado.



Simão Pedro Chiovetti
CPF: 065.669.468-88



Juliana de Oliveira Silva
CPF: 280947988-74 – RA: 0024793

São Paulo, 26 de abril de 2021.